



EXEMPLO LEGAL MOBILIZA DELEGATÁRIOS

Lançamento de projeto reúne corregedor, magistrados e oficiais de serventias no TJBA; cartórios parceiros em iniciativas da CCI recebem certificado de reconhecimento (páginas 3, 4, 5, 6, 7 e 8)



CAMPO FORMOSO EM AÇÃO (págs 9 e 10)



DIAS D'ÁVILA DOBRA META (pág 11)



COLETA PRÓXIMA DOS 300 MIL (pág 13)



REURB: UNIÃO DE ESFORÇOS (pág 15)

PALAVRA DO CORREGEDOR: "Cartório único é a melhor solução" (pág 2)



Palavra do Corregedor

Ainda na condição de Presidente da Comissão Permanente de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno do nosso tribunal, em 2020, funcionei como relator do projeto sobre cartórios extrajudiciais enviado pelos corregedores de então.

Após minucioso estudo e amplo debate sobre a situação, a Comissão propôs uma solução tendo como base a instituição do Ofício único para viabilizar a eficiência dos serviços.

Privatizados em 2012, os cartórios extrajudiciais, já àquela altura, demonstravam uma considerável melhora. Porém, urgente se fazia a reestruturação para atrair bons profissionais e viabilizar esse importante segmento do Poder Judiciário.

Contudo, os dados indicavam uma dificuldade em suprir as serventias deficitárias, com claro prejuízo para o Fundo Especial de Compensação, o Fecom, criado para possibilitar a chamada renda mínima. Como a conta não fecha, há o permanente risco de quebrá-lo.

Hoje, na condição de corregedor das Comarcas do Interior, órgão responsável por quase 80% dos cartórios extrajudiciais da Bahia, não tenho dúvida de que o Ofício Único é o caminho mais acertado para a eficiência dos serviços.

Todavia, em junho passado, ao lado do presidente Nilson Castelo Branco e do corregedor-geral José Rontondano, a fim de viabilizar a aprovação, uma proposta consensual foi encontrada e enviada para a Assembleia Legislativa, onde agora tramita como Projeto de Lei nº 24.959/2023.

Após quatro meses de diálogo com parlamentares e oficiais, reitero: o cartório único atende o cidadão economicamente menos abastado. O modelo é idêntico aos de estados com serviço de excelência, principalmente os do Nordeste, cuja realidade é parecida com a da maioria das cidades baianas.

Temos excelentes deputados. Estou certo de que os debates democráticos irão resultar em uma lei que tornará ainda mais eficazes os serviços dos extrajudiciais.

Desembargador Jatahy Júnior
Corregedor das Comarcas do Interior



Corregedor Jatahy Júnior e presidente Nilson Castelo Branco durante premiação ocorrida na 2ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília

DESTAQUE

O Tribunal de Justiça da Bahia é bicampeão na categoria tribunal mais transparente do País. O prêmio, conquistado pelo segundo ano consecutivo, foi entregue em agosto durante a 2ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília.

O corregedor Jatahy Júnior acompanhou a premiação ao lado do presidente Nilson Castelo Branco e da desembargadora Lisbete Teixeira. Também estiveram presentes a juíza assessora da Presidência para Assuntos Institucionais, Rita de Cássia Ramos, e o secretário-geral da Presidência, Franco Bahia.

“É o reconhecimento de um trabalho sério, conduzido pelo presidente Nilson Castelo Branco. Devemos celebrar esse reconhecimento nacional”, disse o corregedor.

A presidente do STF e do CNJ, ministra Rosa Weber, destacou, durante a cerimônia de abertura da reunião, a importância do Ranking da Transparência do Poder Judiciário. “A transparência, sabemos, exige das instituições públicas a divulgação, de maneira ampla e compreensível, de informações necessárias, ou meramente úteis, a permitir o controle, pela sociedade, da atuação da Administração Pública”.

A ministra classificou como “boas notícias” os esforços empreendidos em 2023 pelos órgãos do Poder Judiciário visando ao cumprimento dos itens que compõem o Ranking da Transparência.

Conselho Editorial

Desembargador Jatahy Júnior - Corregedor da CCI
Antonio Maron Agle Filho - Juiz Auxiliar
Isabella Lago - Juíza Auxiliar
Zandra Parada - Juíza Auxiliar
Maurício Amaral - Chefe de Gabinete
Luciana Bichara - Assessora Jurídica
Flávio Novaes - Analista Judiciário

Boletim NA ESTRADA

Nº 10 - Agosto e Setembro de 2023
Pesquisa, produção de texto e edição:
Flávio Novaes - fnovaes@tjba.jus.br
Projeto Gráfico - Ascóm P3BA
corregedoriainterior@tjba.jus.br
(71) 3372.5645/5122



@corregedoriainteriorp3ba



Juíza Isabella Santos Lago (ao centro, de verde) homenageada pelos delegatários dos cartórios extrajudiciais

EXTRAJUDICIAIS: PARCEIROS QUE DÃO EXEMPLOS

Uma tarde de festa, conagraçamento e troca de experiências. Oficiais de cartórios extrajudiciais, parceiros de ações promovidas pela CCI, receberam certificados de premiação, durante o lançamento do Exemplo Legal, mais novo projeto idealizado e executado pela corregedoria.

Foram premiados os delegatários de registro civil participantes dos projetos Registre-se e Cidadania Itinerante, e os das serventias de registro de imóveis responsáveis pela entrega de títulos de propriedade no âmbito do programa de regularização fundiária, o REURB. A homenagem se estendeu aos oficiais que realizaram de forma eficiente o Inventário Estatístico de Registro de Imóveis (IERI).

“Estão todos de parabéns. Fomos o último estado da federação a privatizar os cartórios extrajudiciais. Os nossos serviços já melhoram muito. Temos um longo caminho para alcançar o ideal, mas chegaremos lá”, disse o corregedor Jatahy Júnior, que entregou, a cada um dos delegatários, o certificado de premiação.



Corregedor preside Mesa no lançamento do Exemplo Legal

A juíza auxiliar da CCI, Isabella Lago, responsável pela execução de diversos projetos da CCI, foi bastante aplaudida pelos delegatários.

Compuseram a Mesa o desembargador Josevando Andrade, coordenador da Comissão de Conflitos Fundiários do TJBA; a presidente da Associação de Registradores de Imóveis da Bahia, Karoline Cabral; Carlos Magno, presidente da Associação dos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais da Bahia; e Otávio Queiroz, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil/Bahia, e o corregedor.

Também participou a presidente da Comissão de Apoio à Advocacia junto aos Cartórios Extrajudiciais - OAB/BA, Emanuela Lapa.

Após a premiação dos 35 delegatários, foi apresentado, pela assessora Luciana Bichara, o projeto Exemplo Legal, que busca identificar, catalogar e registrar as melhores práticas adotadas em cartórios judiciais e extrajudiciais. “O objetivo é incentivar a troca de experiências para compartilhar o conhecimento com o propósito de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade”, disse Bichara.

Ao final, as delegatárias Márcia Schwarzer e Fernanda Andrade, e o delegatário Pedro Bacelar apresentaram os projetos desenvolvidos em seus cartórios, e já aprovados pela comissão para integrar o banco de boas práticas (**Veja fotos da premiação nas páginas 4 a 8**).



Ronaldo Oliveira representando Álvaro Rocha



Renata Rocha representando Ana Carolina Abreu



Anderson Santos



Andrea Pignatti



Andreza Guimarães



Clauzio Carvalho



Daniel Sampaio



Fernanda Andrade e corregedor Josevando Andrade



Greg Valadares



Daiany Rodrigues



Iranilde Ribeiro



João Henrique Leite



Hiran Castro Filho



Luri Lemos



Juvonal Duarte Neto



Laura Carvalho



Márcia Schwarzer



Marcilaine Sodré



Pedro Bacelar



Samara Rocha



Paula Souza



Marcos Gaia



Maria da Conceição Silva



Thaísa Silva



Tasmânia Mantiole



Vinicius Almeida



Thayanne Morais



Yuri Campos



Assessora Luciana Bichara durante a apresentação do projeto Exemplo Legal, observada pelos desembargadores Jatahy Júnior e Josevando Andrade



Magistrados e servidores do Corregedoria em Ação em Campo Formoso: projeto aproxima a Justiça da população e acelera processos

PROJETO MOBILIZA CAMPO FORMOSO

Uma grande mobilização da comunidade local marcou a etapa das audiências presenciais do projeto Corregedoria em Ação, em Campo Formoso, a 410 quilômetros de Salvador. De 25 a 28 de setembro, foram realizadas 327 audiências, nas quais foram proferidas 293 sentenças.

Presidiram as audiências, todas com processos de área cível, a exemplo de Alimentos, Divórcio e Interdição, os juízes Bruno Barros, Rogério Rossi e as juízas Iasmin Barouh e Vanessa Beltrão. Houve exames gratuitos de teste de DNA.

Uma cerimônia oficial com as presenças do corregedor Jatahy Júnior, presidente Nilson Castelo Branco e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Menezes, abriu oficialmente os trabalhos, coordenados pela juíza Isabella Lago.

Também participaram da solenidade a desembargadora Cynthia Resende, coordenadora de Apoio ao Primeiro Grau do TJBA; desembargador Emílio Resedá, coordenador da Infância e da Juventude do TJBA; juiz Eldsamir Mascarenhas, vice-presidente da Associação dos Magistrados da Bahia; o promotor de Justiça Felipe Pazzola; a presidente da subseção da OAB de Campo Formoso, Michelle Godinho; o prefeito Elmo Nascimento, demais autoridades locais e representantes da sociedade civil.

A Corregedoria em Ação, um dos projetos desenvolvidos pela CCI, já esteve nas comarcas de Amargosa, Conde, Guaratinga, Formosa do Rio Preto e Nova Viçosa. Pelo bom desempenho e inovação, é um dos finalistas do Prêmio Innovare edição 2023, ao lado do Cidadania Itinerante, outra prática idealizada e executada pela CCI.



Audiências no fórum Desembargador Antônio Leitão Guerra e abertura oficial no Centro Cultural Dr. Rômulo Galvão de Carvalho com as presenças dos Poderes Judiciário e Legislativo

AÇÃO PRESENTE

327 audiências,
com 293 sentenças
e 34 despachos



Juiz Bruno Barros, agachado, fala com dona Maria Borges, durante audiência em Campo formoso: “Um brilho no olhar”

“FOI MUITO BONITO”

Dona Maria Alves Borges, 89 anos, adentrou o fórum andando lentamente, ajudada pela filha Joelma, bancária, de 52 anos. Debitada, portadora de Alzheimer, era interdita em uma ação de curatela que tramitava desde 2021. A audiência, portanto, era aguardada há muito. Não queria ir. Cedeu, mas nem foi preciso entrar na sala de audiências. Tudo aconteceu do lado de fora, ao ar livre, em uma audiência conduzida pelo juiz Bruno Barros. “Foi muito bonito”, diz Joelma. Por telefone, ela deu mais detalhes ao Na Estrada.

NA ESTRADA - Como foi a experiência com o Corregedoria em Ação em Campo Formoso?

Joelma Borges - Estávamos aguardando a audiência. Minha mãe teve COVID-19 durante a pandemia e, depois disso, a saúde ficou muito abalada. Antes, ela fazia tudo. Agora, piorou muito. Tem Alzheimer e já não assina o nome.

NE - Esperava que desse tudo tão certo?

JB - Ela não queria ir. O pessoal da Justiça viu a nossa chegada e, na hora, foi pedida uma cadeira. A audiência foi ali mesmo, no jardim do fórum. Com o juiz, o defensor e o promotor. Foi muito bonito”.

NE - O que mais chamou a atenção?

JB - O juiz. Ele tentou conversar, se agachou, ficou numa posição igual a dela. Tinha um brilho no olhar dele, teve muito carinho. Tratou minha mãe como a gente trata, como um bebê. Todos que estavam esperando a audiência ficaram observando a conduta. Foi muito emocionante pra nós da família. O que a gente conhece é uma Justiça fria, com um distanciamento. Foi surpreendente.

Outras audiências foram realizadas na área externa do fórum. Ao lado, o juiz Rogério Rossi (de terno, de frente), conversa com interdita, sentada no banco do carro, acompanhado do médico perito Eduardo Santos (de cinza).





Equipe feliz com os resultados; ao lado, juíza Renata Firme e juiz Antonio Maron Agle com o oficial Jenivaldo Silva



MUTIRÃO: DIAS D'ÁVILA CUMPRE 3 MIL MANDADOS

Com uma produção acima do esperado, os oficiais de Justiça em Dias d'Ávila cumpriram exatos 3.041 mandados judiciais no mutirão realizado na comarca, na Região Metropolitana de Salvador. Uma solenidade, no fórum local, marcou o encerramento dos trabalhos, em agosto.

Os números alcançados pelos oficiais foram o dobro do inicialmente previsto. "Identificamos 1,5 mil mandados mas, no decorrer das atividades, nestes 30 dias, localizamos outros 1,5 mil", explicou a juíza Renata Firme, titular da 2ª Vara Cível de Luís Eduardo Magalhães e coordenadora do mutirão.

"Tivemos grande êxito graças à atuação conjunta dos oficiais, servidores, Polícia Militar, Prefeitura de Dias d'Ávila e o apoio da Presidência do Tribunal de Justiça e também da Corregedoria Geral da Justiça, que disponibilizou oficiais", completou.

Representando o corregedor Jatahy Júnior, o juiz auxiliar da CCI, Antonio Maron Agle Filho, dirigiu a solenidade. "Estão todos de parabéns pela execução e os resultados alcançados", disse..

Já o juiz Josemar Cerqueira, titular da 2ª Vara Cível de Dias d'Ávila, classificou a iniciativa como um "presente" para a comarca, "penhoradamente agradecida a todos os oficiais de Justiça".

O presidente da Subseção da OAB de Camaçari, Eduardo Requião, parabenizou os oficiais.

Iniciado em 17 de julho, o mutirão para cumprimento de mandados judiciais em Dias d'Ávila é o terceiro promovido pela atuação gestão da CCI, sempre em parceria com a Presidência do TJBA.

No primeiro, em Luís Eduardo Magalhães, entre agosto e outubro do ano passado, foram cumpridos 7.370 mandados. Em São Desidério, em março e abril deste ano, 2009. No total, os mutirões promoveram o cumprimento de 12.420 mandados judiciais.



Juiz Josemar Cerqueira entrega certificado de participação à oficiala Gesilda Reis

Leitura SEM FRONTEIRA

A **UNICORP**, em parceria com o **Instituto Geográfico da Bahia (IGHB)**, promove a **instalação de uma estante solidária**, fruto do "**Projeto Leitura sem Fronteira**", para incentivar a leitura.

Público-alvo

Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça.

Local da Estante Solidária:

UNICORP

DE

Segunda a Sexta
das **8h às 18h**

Aceitamos **doações** de **livros!**



Oswaldo (de branco) e equipe em Iraquara, e Cristiane, protegida, em Casa Nova: trabalho com dedicação e bom humor

COLETA DE AUTOS PRÓXIMO DA MARCA DE 300 MIL

Quando a reforma do Fórum de Casa Nova chegar ao fim, em novembro, juízes e servidores vão trabalhar apenas com processos digitais. O projeto de recolhimento de autos, promovido pela CCI em parceria com a Diretoria de Primeiro Grau, foi concluído na comarca do semiárido com a retirada de 22.698 peças. O número de processos recolhidos pelo projeto chegou a 272.438.

“Tivemos a ajuda da juíza Ráfale Curvelo e da equipe local”, diz Cristiane Gomes, coordenadora da ação. Participaram os servidores Jaime Gomes, Hebert Evangelista, Oswaldo Perez, Fernanda Martinez, Soraya Leiro, Sandra Leal e Olga Santos.

“Nas visitas regimentais e inspeções, identificamos fóruns que necessitavam de uma intervenção. Agimos para retirar o maior número possível de processos e chegamos a um bom resultados”, diz o corregedor Jatahy Júnior.

As próximas coletas serão realizadas em Barra e em Ibotirama, no Oeste, de 16 a 20 de outubro. O projeto já esteve nas seguintes comarcas:

Lençóis 9.274 / Itajuípe 15.091 / Gandu 8.076* / Jaguarari 10.558 / Santa Inês 10.710 / Urandi 8.368 / Seabra 5.045 / Ibotirama 9.863 / Conde 12.337 / Laje 254* / Carinhanha 17.033* / Itapetinga 26.293 / Itambé 12.425 / Santa Terezinha 11.494 / Canarana 6.668 / Itamaraju 14.773 / Nazaré 11.302 / São Felipe 10.202 / Ibirataia 7.278 / Cachoeira 14.555 / São Félix 8.466 / Santo Amaro 9.124 / Iraquara 10.551 / Casa Nova 22.698. **Total – 272.438**

* Trabalho executado pelos servidores locais



Cadastrar, arrumar, embalar nas caixas e carregar o caminhão: projeto se aproxima da marca de 300 mil processos recolhidos



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA

SEPLAN

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

TJBA atinge
marca
histórica

NAS BAIXAS DE PROCESSOS

NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023



Mesa de abertura no encontro: união de esforços para ampliar a regularização fundiária urbana

REURB AVANÇA COM TROCA DE IDEIAS E SOLUÇÕES

Registradores de imóveis e representantes de prefeituras compareceram em grande número ao auditório do TJBA, em agosto, para acompanhar as discussões sobre regularização urbana fundiária, durante o evento “REURB – Estratégias para bons resultados”, promovido pela CCI.

O presidente Nilson Castelo Branco, o corregedor Jatahy Júnior, a secretária de Desenvolvimento Urbano do Estado, Jusmari Oliveira, a presidente da Associação de Registradores de Imóveis da Bahia, Karoline Cabral e o coordenador Jurídico da União dos Municípios da Bahia, Val Goulart, compuseram a Mesa de Abertura.

“É um privilégio viabilizar o engajamento de tantos profissionais interessados em discutir soluções para um dos desafios mais cruciais que enfrentamos”, afirmou o corregedor Jatahy Júnior.

O presidente citou o corregedor como “exemplo de capacidade laboral” e com vocação de atender aos interesses sociais. Sobre o evento, declarou: “A regularização fundiária remonta nossa conexão telúrica primordial, nossa realização anímica de possuir um teto, um chão só seu, delimitando um lugar físico de nossa existência na comunidade”.

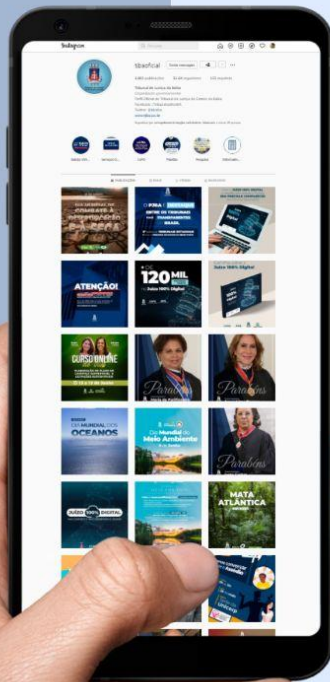
Durante todo o dia, foram apresentadas iniciativas de registradores que viabilizaram a regularização dos imóveis nas suas comarcas.

A secretária Jusmari Oliveira tratou sobre Facilitação da REURB aos Municípios. O urbanista Euler Cravo, da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, abordou o sistema de cadastramento e gestão de dados, aplicado a REURB.

O evento foi encerrado pela juíza auxiliar da CCI, Isabella Lago, que destacou a política pública de Regularização Urbana. Para a magistrada, “a implantação tem o potencial de transformar a realidade do estado de maneira significativa”.



Auditório lotado e a juíza Isabella Lago (centro) com palestrantes ao final do encontro



SIGA NOSSAS
**REDES
SOCIAIS**

—  @tjbaoficial —

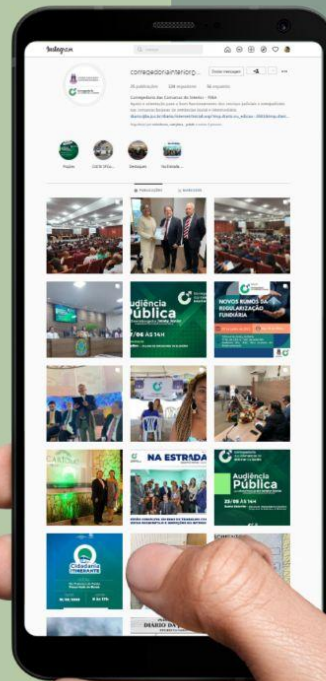


PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA



**Corregedoria
das Comarcas do Interior**

—  @corregedoriainteriorpjb —





Equipe da juíza auxiliar Zandra Parada (de azul), durante inspeção ordinária em Itiúba: alinhamento com a nova legislação

CORREGEDORIAS EDITAM NOVO CÓDIGO DE NORMAS

Adjudicação compulsória, alteração do gênero de pessoas não binárias e registro de óbito de cadáver para fins de ensino e pesquisa são alterações promovidas pelo novo Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro da Bahia, em vigor desde 12 de setembro, com a publicação do texto no Diário da Justiça Eletrônico.

Instituído pelo corregedor Jatahy Júnior, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Edivaldo Rotondano, o código está alinhado com as recentes decisões dos tribunais superiores e traz as orientações emanadas do CNJ nos últimos anos.

Estão reunidos procedimentos e regras realizados junto às unidades extrajudiciais, para padronizar atos dos cartórios de Registro de Imóveis, Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto.

O código atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030 das Nações Unidas, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes em todos os níveis.

“Foi um trabalho de fôlego muito bem executado pela equipe das duas corregedorias, e que trará maior segurança jurídica para os delegatários e usuários dos serviços dos cartórios extrajudiciais”, disse o corregedor Jatahy Júnior.

Os trabalhos começaram em 17 de fevereiro de 2022 com a publicação da portaria CGJ/CCI 05/2022-GSEC, que instituiu Grupo de Trabalho com atribuição de promover estudos para a elaboração de proposta de um novo texto.

É a quarta edição do Código de Normas publicada no Estado. A primeira data de 2013, durante as gestões do corregedor das Comarcas do Interior, desembargador Antônio Pessoa Cardoso, e da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Ivete Caldas.

Estudos - O advento da norma já impacta nas correições promovidas pela CCI. Também chamadas de inspeções, as atividades são realizadas nas comarcas de entrâncias inicial e intermediária nos cartórios de registro civil e de registro de imóveis, e nos tabelionatos de Notas, e nos cartórios judiciais.



Corregedoria
das Comarcas do Interior

CORREGEDORIA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO ANUAL 2022

Acesse aqui para ler o Relatório



CORREGEDOR RECEBE PRESIDENTE DA ANAMAGES E EXALTA JUÍZES ESTADUAIS

O corregedor Jatahy Júnior recebeu a visita do presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), juiz Carlos Lima. Participaram do encontro o desembargador Baltazar Saraiva, a desembargadora Maria de Fátima Carvalho, e a juíza Rita de Cássia Ramos. “Conversamos sobre as instituições, condições de trabalho e os avanços da prestação jurisdicional. Foi muito proveitoso”, afirmou o corregedor.



CONSELHO DA MAGISTRATURA PROMOVE VITALICIAMENTO DE 25 JUÍZES E 18 JUÍZAS

Em sessão dirigida pelo presidente Nilson Castelo Branco, o Conselho da Magistratura promoveu, em setembro, o vitaliciamento de 25 juízes e 18 juízas. Os processos, sob relatorias do corregedor Jatahy Júnior, foram julgados à unanimidade. Capacidade técnica, adaptação funcional, probidade, presteza, produtividade e assiduidade foram alguns dos aspectos avaliados. “O nosso tribunal está de parabéns em poder contar com juízes e juízas comprometidos com função”, disse o corregedor.

REGISTRADORES DE IMÓVEIS DE 4 ESTADOS FAZEM VISITA DE CORTESIA À CORREGEDORIA

Delegatários de Registro de Imóveis de Minas Gerais, Paraná, Sergipe e Bahia fizeram uma visita de cortesia ao corregedor Jatahy Júnior. Participaram os oficiais do 4º e do 1º Registro de Belo Horizonte, Francisco Rezende e Fernando Nascimento, respectivamente; Gabriel Campos, delegatário do 2º Ofício de Capela (SE); Paulo Henrique Pires, oficial de Rio Branco do Sul (PR); e Renata Rocha, oficiala de Entre Rios (BA). O desembargador Cássio Miranda também esteve presente.



DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO BRASIL CELEBRA 180 ANOS

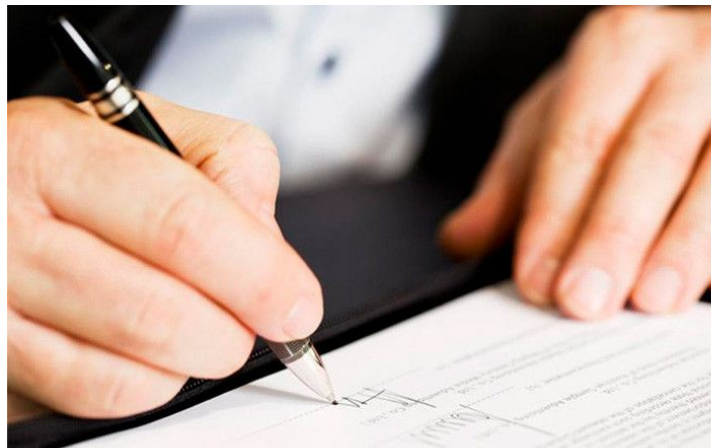
Recepcionados pela juíza Isabella Lago, o presidente da Associação do Registro de Imóveis do Brasil, Flaviano Galhardo, e o vice, Sérgio Ávila, convidaram o corregedor Jatahy Júnior para os eventos que marcam os 180 anos do Registro de Imóveis, em outubro, no Rio de Janeiro. Os diretores parabenizaram a corregedoria pelo trabalho desenvolvido junto aos cartórios e elogiaram os projetos em andamento.

NA FORMA DA LEI

A Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, estabelece que as comarcas de entrância inicial devem ter, além de outros requisitos, uma extensão territorial de até 200 km² e uma população de até 50 mil habitantes. Já as comarcas de entrância intermediária têm extensão territorial superior a 201 km² e população acima de 50 mil habitantes. Salvador, Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Camaçari, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antonio de Jesus, Senhor do Bonfim, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista são comarcas de entrância final.

VERA CRUZ, EM ITAPARICA, RECEBE PRIMEIRA EDIÇÃO DO PROJETO MARIA DA PENHA EM FOCO

Vera Cruz, pertencente à Comarca de Itaparica, recebe, de 8 a 10 de novembro, a primeira edição do Maria da Penha em Foco, novo projeto da CCI em parceria com a Coordenadoria da Mulher, e apoio da Presidência do TJBA. O objetivo é incrementar o cumprimento da Meta 8 do CNJ, que busca priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres. O projeto vai contemplar a realização de despachos, decisões, sentenças e audiências.



COMARCAS VINCULADAS À CCI GANHAM CENTRAL DE CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Em setembro, por meio do Ato Normativo assinado pelo presidente Nilson Castelo Branco e pelo corregedor Jatahy Júnior, foi instituída a Central de Cumprimento de Mandados nas unidades judiciárias das comarcas de entrâncias inicial e intermediária. Caberá à Coordenação de Sistemas Judiciais a estruturação, o funcionamento e a capacitação dos servidores. A corregedoria permanente das atividades da Central será exercida pelo juiz diretor do fórum em que a mesma estiver instalada ou outro definido pelo colegiado local de juízes, sob a aprovação da CCI.

JORNALISMO INDEPENDENTE E LIBERDADE DE IMPRENSA SÃO DESTAQUES EM EVENTO NO CNJ

Em setembro, a então presidente do STF e do CNJ, ministra Rosa Weber, em um dos seus últimos compromissos antes da aposentadoria compulsória, destacou o papel da imprensa e do jornalismo independente para a democracia. “A liberdade de imprensa constitui pressuposto basilar da democracia. O jornalismo independente, livre e profissional é o maior e o melhor aliado no combate à desinformação, ao discurso de ódio e à intolerância”, afirmou, na abertura do seminário “Liberdade de Imprensa: onde estamos, para onde vamos”, promovido pelo CNJ. O evento debateu temas como censura prévia, litigância predatória e punibilidade dos ataques a jornalistas.



MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO REFORÇA POLÍTICA PÚBLICA DE AUTOCOMPOSIÇÃO

Com a presença de representantes de empresas públicas e privadas que possuem ações judiciais em aberto, o TJBA lançou o Programa “Movimento pela Conciliação”. No encontro, foram traçadas diretrizes para as Semanas de Conciliação, que acontecem de 23 de outubro a 10 de novembro. No lançamento do Programa, o juiz do TJBA e Pesquisador Sênior da Universidade de Harvard, André Gomma, falou sobre a “Perspectiva da política pública autocompositiva”.